

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 527.242 - SP (2019/0241093-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : HELIO DA SILVA SANCHES
ADVOGADO : HÉLIO DA SILVA SANCHES - SP224750
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CASSIANA PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

CASSIANA PEREIRA alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção em decorrência do acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2156241-07.2019.8.26.0000.

O andamento processual disponibilizado na página de internet da Corte local noticia que, em 23/9/2019, foi prolatada **sentença condenatória** em desfavor da paciente na Ação Penal n. 1505328-10.2019.8.26.0602.

Ainda que tenha sido vedado à ré o direito de recorrer em liberdade, a prolação do novo *decisum* evidencia a prejudicialidade deste *mandamus*, pois "não cabe a esta Corte averiguar a motivação do novo decreto construtivo sem que haja prévia submissão dessa tese ao Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no HC n. 251.260/MG, Rel. Ministro Og Fernandes, 6ª T., DJe 24/6/2013). No mesmo sentido, confira-se o seguinte julgado da Quinta Turma: HC n. 243.953/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe 13/3/2013).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** este habeas corpus, pela perda superveniente de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**